

Recesso deverá ser suspenso em janeiro

BRASÍLIA — Dificilmente o Congresso Nacional escapará de uma convocação extraordinária na segunda quinzena de janeiro, em pleno recesso, apesar do pedido feito pelos líderes governistas ao Presidente Collor para não baixar medidas provisórias nesse período. Para fugir à convocação, os parlamentares teriam que correr contra o relógio e aprovar até segunda-feira, quando começa o recesso, as 11 medidas provisórias da área econômica que o Governo editou ontem — uma missão considerada impossível.

— Como é que nós vamos aprovar essas medidas provisórias em dois dias? Não vai dar — reclamou o De-

putado José Genoíno (PT-SP).

A edição das novas medidas pegou de surpresa os líderes governistas, que aguardavam apenas uma, a do reajuste do funcionalismo público. O Líder do Governo, Humberto Souto, não escondeu a surpresa, embora tenha assegurado que lutará para votar tudo antes do recesso:

— Eu não sei nem quantos medidas são, não sei de nada. Mas é claro que dá para votar — garantiu.

Pelos cálculos dos parlamentares, o Congresso terá que ser convocado extraordinariamente por volta do dia 22 de janeiro. Isso porque os 30 dias de vigência das medidas acabariam no dia 17 de janeiro. Com a reedição

imediata, o Congresso seria convocado automaticamente em mais cinco dias, conforme determina a Constituição. Se realmente reeditar essas medidas, o Governo estará livre de estabelecer uma nova política salarial, já que o projeto aprovado na última quinta-feira pelo Congresso deverá ser vetado até o dia 10 de janeiro. Para não ter que convocar o Congresso, Collor combinara com os líderes dos partidos aliados do Governo que deixaria para editar esta nova medida por volta do dia 25 de janeiro.